

---

POLIDEZ E LINGUAGEM: PERSPECTIVAS\*

---

TAÍSA PERES DE OLIVEIRA\*

---

RESUMO

Tendo em vista o papel da polidez nas interações sociais, entre elas a comunicação, neste trabalho pretende-se discutir a estreita relação entre polidez e linguagem, destacando os principais conceitos que conduzem, atualmente, os estudos da polidez na lingüística. Assim, consideraremos as principais correntes que se ocupam desse fenômeno, levantando os pontos mais relevantes de cada uma no estudo da relação entre polidez e linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Polidez, linguagem, interação verbal, relações sociais.

The human personality is a sacred thing; one dare not violate it nor infringe its bounds, while at the same time the greatest good is in communion with others.  
(DURKHEIM, 1915, p. 299)

PALAVRAS INICIAIS

O principal interesse deste trabalho é oferecer uma visão geral das principais perspectivas de estudo da polidez na linguagem, ainda pouco difundidas no campo da pesquisa lingüística no Brasil.

---

\* Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada *A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do IBILCE/Unesp, sob orientação da Professora Doutora Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner.

\*\* Doutoranda em Lingüística e Língua Portuguesa na Unesp, Campus de Araraquara.  
E-mail: taisaoliveira@yahoo.com

Desde as primeiras manifestações de interesse no seu estudo, a polidez tem se demonstrado um fenômeno complexo tanto no que diz respeito à sua compreensão global tanto no que concerne à proposta de um modelo adequado para seu entendimento em uma língua particular. Essa indefinição, gerada, obviamente, pela dificuldade de se chegar a um conceito absoluto do que venha a ser polidez, pode ser observada na literatura específica, que, não poucas vezes, se limita a mencionar o fenômeno sem defini-lo explicitamente.

A polidez é, sem dúvida, um dos elementos basilares da vida em sociedade e, por isso, é considerada como um dos valores socioculturais mais importantes que pode ser expresso por meio da linguagem. Enquanto objeto de investigação, a polidez há muito tem sido tratada por disciplinas como a psicologia, a antropologia e a sociologia. Na lingüística, o estudo da polidez somente se tornou possível com o advento da pragmática, tendo em vista principalmente a teoria dos atos de fala proposta por Austin (1962). A partir do momento em que se reconhece a linguagem como atividade, usada não apenas para transmissão de informações, mas também para regular relações sociais (AUSTIN, 1962), é que se pode incluir no campo da lingüística uma subárea que trate das questões referentes à manifestação da polidez por meio de estruturas gramaticais.

Os estudiosos afirmam que a polidez é responsável pela ordem social e, dessa maneira, uma pré-condição para a cooperação entre indivíduos. Embora sofra de uma complexa variação cultural, sujeita a especificações culturais de diversos tipos, a polidez, tomada no sentido mais geral que o termo permite, transcende barreiras culturais, sendo considerada um valor universal, no sentido de que existe em qualquer sociedade.

Gumperz (1987) afirma que “uma teoria que busca entender esse fenômeno lida, ao mesmo tempo, com os fundamentos da vida social do ser humano.”<sup>1</sup> Diversos autores, como Lakoff (1973) e Brown e Levinson (1987), afirmam que a polidez envolve os graus de distância social e emocional entre os interactantes, assim como a relação de poder e imposição entre os indivíduos.

Na lingüística contemporânea pode-se distinguir três linhas principais que orientam os estudos sobre a relação entre polidez e linguagem. Dentre essas, a mais difundida é a proposta de Brown e Levinson (1987), que tem sido bastante produtiva no estudo das estruturas lingüísticas capazes de expressar polidez. Em seguida, expomos essas três perspectivas.

#### POLIDEZ COMO UMA MÁXIMA CONVERSACIONAL

Essa abordagem tem como ponto de partida o artigo no qual Grice (1982)<sup>2</sup> propõe a existência de máximas conversacionais, isto é, um conjunto de regras específicas a serem seguidas pelos indivíduos na conversação. O autor afirma que, em uma interação, os indivíduos observam um princípio geral, segundo o qual “deve-se fazer a contribuição tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional no qual se está engajado” (GRICE, 1982, p. 222). A esse princípio Grice dá o nome de *princípio do cooperativismo*.

Grice (1982) associa o princípio do cooperativismo às máximas, que estão separadas conforme as categorias a) *quantidade*; b) *qualidade*; c) *relevância* e d) *modo*. De acordo com esse autor, mesmo quando uma das máximas deixa de ser atendida pelo falante, o princípio do cooperativismo está sempre sendo observado, uma vez que dele depende o sucesso da interação. Apesar de dedicar especial atenção ao enfoque das quatro categorias mencionadas anteriormente, Grice afirma que há outras categorias de máximas e sub-máximas a serem consideradas em uma interação qualquer, como, por exemplo, o que ele chama de *máxima de polidez*. Um dos primeiros a considerar essa proposta foi Lakoff (1973), que sugere a existência de duas regras de competência pragmática: a) seja claro<sup>3</sup> e b) seja polido. No entanto, a autora afirma que entre essas duas regras a “polidez se sobrepõe: é considerado mais importante evitar conflito do que alcançar clareza.

Isso faz sentido uma vez que na maioria das conversações informais a comunicação de idéias é secundária à reafirmação e reforço das relações”.<sup>4</sup>

Percebe-se, portanto, que para essa autora, a polidez está relacionada à necessidade de se evitar conflitos. Tendo em vista esse papel da polidez na interação, Lakoff (1973) formula três sub-máximas de polidez, que podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) não imponha (usada em situações formais/impessoais);
- b) dê opções (usada em situações informais);
- c) faça o ouvinte se sentir bem (usada em situações de intimidade).

Na visão da autora, ser polido significa agir em conformidade com essas sub-máximas. O mesmo vale para os enunciados que somente serão polidos, se forem formulados de acordo com o conjunto de sub-máximas descrito acima. Segundo Lakoff, a língua disponibiliza construções específicas para cada uma das máximas descritas acima, e o uso de um tipo ou outro de estratégia vai depender do modo como o falante entende o contexto.

Ainda sob essa mesma perspectiva, Leech (1983) distingue entre o princípio do cooperativismo e o princípio de polidez. Assim, o princípio do cooperativismo se associa às máximas conversacionais para explicar como um enunciado pode veicular uma mensagem implícita. Por outro lado, o princípio da polidez se associa às máximas de polidez para explicar com qual finalidade esse ato deve ser usado.

Leech (1983, p. 82) afirma que o princípio do cooperativismo

tem a função de regular o que dizemos, de modo que se contribua com uma certa força ilocucionária ou objetivo(s) discursivos. Deve ser mencionado que o princípio de polidez tem um papel regulador maior do que esse: manter o equilíbrio social e as relações amigáveis, o que nos permite presumir que nossos interlocutores estão sendo cooperativos.<sup>5</sup>

Além disso, o princípio da polidez, segundo o autor, “pode ajudar a entender as razões do falante ao escolher um determinado conteúdo e uma forma para seu enunciado”.<sup>6</sup>

Leech (1983) diz ainda que o grau de polidez é determinado pela força ilocucionária da enunciação e, assim, sugere quatro funções ilocucionárias principais, conforme elas se relacionam com o objetivo social de estabelecer e manter o contato verbal. O autor enumera uma série de atos que podem interferir no decorrer de uma interação verbal. Leech separa, então, esses atos nas quatro categorias seguintes:

a) *competitivos*: ordens, perguntas;

b) *de convivência*: ofertas, convites, agradecimentos, felicitações, cumprimentos;

c) *colaborativos*: afirmação, relatos, anúncios;

d) *conflitivos*: ameaças, acusações, repreensões.

A partir das considerações feitas acima, pode-se observar que tanto para Leech, quanto para Lakoff, do mesmo modo que há atos que podem causar danos à interação, há também aqueles que são intrinsecamente polidos. Os autores se assemelham ainda por não apresentarem uma definição exata do termo *polidez*. Contudo, é possível inferir que ambos propõem a polidez como normas utilizadas para reduzir a possibilidade de conflito em uma interação.

Assim como Lakoff (1973) e Leech (1983), Fraser e Nolen (1981) também consideram o princípio do cooperativismo proposto por Grice ao abordar questões referentes ao fenômeno da polidez. Entretanto, esses autores concebem a polidez de um outro modo, constituindo uma outra perspectiva de estudo desse objeto, como veremos em seguida.

#### POLIDEZ COMO UM CONTRATO CONVERSACIONAL

Essa proposta, elaborada por Fraser e Nolen (1981), caracteriza-se essencialmente por defender que, ao se engajarem em uma

conversação, os indivíduos estão cientes de certas obrigações e direitos que irão determinar o modo como os participantes devem proceder no decorrer da interação.

De acordo com os autores, essas obrigações e direitos são regulados por uma espécie de *contrato conversacional* de natureza mais geral, que, por sua vez, deve ser adaptado à conversação, tendo como base o tipo de relação social que se estabelece entre os interactantes.

O contrato conversacional é constituído por dois tipos de termos: aqueles que são impostos socialmente<sup>7</sup> e os que são definidos segundo as especificidades da situação, sendo que esses devem ser renegociados a cada interação. Conforme os autores, os termos e condições que regem o contrato conversacional são essenciais à determinação do modo como a mensagem será transmitida, tanto no que diz respeito a sua organização interna quanto no que se refere a sua força ilocucionária.

Fraser e Nolen (1981) afirmam que, para ser polido, o indivíduo deve respeitar o princípio do cooperativismo, que, por sua vez, implica atender aos termos e condições impostos pelo contrato conversacional. Esses autores defendem ainda que a polidez não pode ser expressa por um desvio do uso da língua.<sup>8</sup> As sentenças não são *ipso facto* polidas; um enunciado será considerado polido somente se estiver em conformidade com os termos do contrato conversacional estabelecido para a situação comunicativa em questão.

Apesar das diferentes concepções acerca do fenômeno da polidez, tanto na perspectiva de Lakoff (1973) e Leech (1983), quanto na visão de Fraser e Nolen (1981), a polidez é entendida como um conjunto de normas. Esses autores acreditam que as máximas ou os termos que regulam o contrato conversacional atuam como guias do uso racional da linguagem na conversação e são qualitativamente diferentes da noção de regras associada à gramática.

Um outro modo de conceber a polidez pode ser encontrado em Brown e Levinson (1987). Tendo em vista a teoria dos atos de fala, esses autores vão propor a polidez como o ato de preservação das faces. É o que expomos a seguir.

A teoria proposta por Brown e Levinson (1987) fundamenta-se essencialmente na noção de *face*, entendida pelos autores como a auto-imagem pública dos indivíduos. Conforme os autores, a face pode ser perdida, mantida e realçada, consistindo em dois aspectos:

“a) *face negativa*: contestação de territórios, reserva pessoal, direito a não distração, ou seja, liberdade de ação e de imposição;

b) *face positiva*: auto-imagem ou personalidade (incluindo o desejo que essa auto-imagem seja apreciada e aprovada) clamada pelos interactantes”.<sup>9</sup>

A face negativa está associada ao que comumente entendemos por polidez, isto é, não impor nada a outrem, respeitando seu direito de ação. Já a face positiva – segundo os próprios autores, um tanto mais complexa – diz respeito ao desejo de ser percebido, admirado, aprovado, entendido pelos demais membros da comunidade.

A definição de face apresentada pelos autores é uma visão adaptada do conceito desenvolvido por Goffman (1967), que por sua vez é baseado na crença popular que associa face às noções de constrangimento e humilhação.<sup>10</sup> De acordo com Brown e Levinson (1987) a face pode ser perdida, realçada e mantida e, por essa razão, deve ser constantemente preservada em uma interação.

Para Brown e Levinson (1987) em uma interação ordinária, há atos que são intrinsecamente ameaçadores à face, chamados *atos de ameaça à face* (AAFs). Os autores distinguem quatro categorias de atos de ameaça à face:

a) *atos ameaçam a face positiva do ouvinte*: desaprovação, críticas, insultos, acusações, “raising taboo topics”;

b) *atos que ameaçam a face negativa do ouvinte*: pedidos, ordens, sugestões, conselhos, avisos;

c) *atos que ameaçam a face positiva do falante*: pedidos de desculpa, humilhação, confissão;

d) *atos que ameaçam a face negativa do falante*: aceitação de ofertas e de agradecimentos.

De acordo com Brown e Levinson, o grau de ameaça de um ato é determinado por três variáveis culturais, a saber, (i) a distância social entre os interactantes; (ii) a relação de poder entre falante e ouvinte, isto é, o grau de imposição que o falante pode ter sobre o ouvinte ou vice-versa e, (iii) a classificação cultural do grau de imposição, ou seja, como cada cultura percebe o valor de imposição de um AAF. Além disso, os atos dependem ainda do contexto situacional.

Para amenizar os efeitos dos AAFs, o sistema lingüístico desenvolve mecanismos capazes de promover tal atenuação, as estratégias de polidez. Ao diminuir os efeitos dos AAFs, as estratégias de polidez permitem aos interactantes preservar a face ameaçada, garantindo o bom fluxo da interação. É por meio do uso das estratégias de polidez que os interactantes conseguem comunicar, ao mesmo tempo, sua mensagem inicial e a intenção de ser polido. Assim, na proposta de Brown e Levinson (1987), a polidez deve ser entendida como o ato de preservação da face.

Brown e Levinson (1987) concebem a interação verbal como uma atividade inerentemente ameaçadora da face. Para esses autores, assim como para Goffman (1967), o simples fato de os indivíduos entrarem em contato provoca um desequilíbrio das faces e, por essa razão, a interação em si constitui uma atividade de proteção à face. O jogo de preservação da face deve ser entendido, então, como um processo que ocorre durante toda a interação verbal, em razão da vulnerabilidade da face e da reconhecida intenção dos interactantes de cooperarem mutuamente para sua manutenção. Isso implica afirmar que, mesmo não explicitamente, os participantes da interação estão o tempo todo monitorando as faces uns dos outros e, sempre que necessário, usam estratégias para afastar a possibilidade de conflito entre as faces. A atividade de preservação da face deve ser entendida, portanto, como parte fundamental da interação verbal, já que depende do equilíbrio das faces envolvidas o sucesso da interação.

Um procedimento comum quando se discute as três abordagens que se ocupam da relação entre polidez e linguagem é mostrar como essas propostas são divergentes e, não muito raro, selecionar uma como a mais adequada em detrimento das outras (KASPER, 1990; FRASER, 1990; NWOYE, 1992). Nas linhas que se seguem, queremos mostrar que essas abordagens têm mais em comum do que se tem discutido e que, apesar de conceberem a polidez cada uma a seu modo, o entendimento das similaridades existentes entre elas pode colaborar para uma melhor compreensão da relação entre polidez e linguagem.

O primeiro ponto em comum, talvez o mais importante, entre as três propostas de entendimento da relação entre polidez e linguagem diz respeito à ausência de uma definição satisfatória do que vem a ser *polidez*. Essa indefinição é consequência direta da variação cultural a que o conceito central de polidez está sujeito.

Comumente fala-se na universalidade/especificidade do termo polidez, isto é, a polidez deve ser considerada segundo seu caráter universal, já que pode ser observada em qualquer sociedade, mas também deve ser entendida conforme as especificidades culturais que cada sociedade impõe a esse conceito inicial. Esse fato gera um outro problema: como separar os valores universais dos específicos no que diz respeito à polidez? Em outras palavras, como elaborar uma definição que dê conta, ao mesmo tempo, dos aspectos universais e culturais específicos associados à polidez? Esse é, sem dúvida, o maior desafio com o qual os teóricos têm se deparado ao tentar entender a manifestação da polidez, não somente na linguagem, mas em qualquer outro domínio.

Além disso, uma outra questão ainda bastante problemática no campo de estudo da polidez na lingüística é a distinção entre polidez lingüística e polidez não lingüística. O conceito de polidez opera em vários domínios da vida em sociedade, sendo essencial não apenas à interação verbal, mas a toda forma de intercâmbio social. Por essa razão a polidez tem sido estudada por antropólogos, sociólogos, psicólogos e lingüistas,

como dissemos anteriormente. Dada a circulação do conceito de polidez entre esses vários domínios, torna-se difícil separar polidez lingüística de polidez não lingüística, se é que essa distinção é possível.

Essas considerações somente corroboram nossa afirmação inicial de que a polidez é um fenômeno multifacetado e, por isso mesmo, um tanto complexo. No entanto, apesar da dificuldade em elaborar uma definição absoluta do que vem a ser polidez, é possível identificar, nas três perspectivas discutidas neste trabalho, um entendimento geral do que vem a ser polidez para os teóricos aqui estudados.

Nas propostas de Lakoff (1973), Leech (1983) e Fraser e Nolen (1981), a polidez é entendida como um conjunto de normas sociais usadas para regular a vida em sociedade – seja na forma de sub-máximas ou na forma de um princípio de polidez. Essa visão se aproxima da concepção histórica de polidez como forma de comportamento.<sup>11</sup> Já Brown e Levinson (1987) rompem com essa noção, propondo a polidez como uma atividade – preservação da face – inerente à interação.

Apesar de entenderem a polidez de um modo diferenciado, todos os autores concordam que a polidez desempenha um papel fundamental na comunicação. Sendo responsável pelas relações cordiais e pela cooperação mútua entre os indivíduos, a polidez se faz essencial aos propósitos com os quais uma interação verbal é inicialmente proposta. Ao demonstrar interesse em agir em congruência com as “normas” de polidez – segundo Leech, Lakoff e Fraser e Nolen – ou em respeitar os valores associados à face, tal como proposto por Brown e Levinson (1987), o falante tem mais chances de assegurar a participação do ouvinte da forma desejada e, assim, terá mais êxito em alcançar suas intenções comunicativas.

Os autores concordam ainda que em uma situação comunicativa ordinária, há determinados atos (pedidos, ordens, recusas etc.) que oferecem algum tipo de risco à interação. Leech (1983) e Brown e Levinson (1987) vão além, distinguindo atos que podem, devido a sua natureza, comprometer, de alguma forma, o sucesso da interação. Para

os autores, o que ocorre é que esses atos são contrários aos valores associados à polidez e podem demonstrar o fato de o falante não estar disposto à manutenção das relações “amigáveis”.

Nesses casos o falante faz uso das estratégias de polidez, que podem ser definidas como os mecanismos lingüísticos capazes de promoverem a atenuação de um ato, afastando, assim, a possibilidade de conflito em uma interação qualquer. As estratégias de polidez são usadas, então, para evitar um possível conflito gerado por um determinado ato, possibilitando, assim, que a interação verbal transcorra normalmente.

Nesse ponto não podemos deixar de mencionar que os autores discordam no que diz respeito à natureza das estratégias de polidez. Para Lakoff (1973) bem como para Leech (1983), a língua disponibiliza construções específicas para realizarem a função das estratégias de polidez. Ao contrário, Fraser e Nolen (1981) afirmam que as sentenças não são intrinsecamente polidas, mas somente manifestarão esse valor se estiverem de acordo com o contrato conversacional estabelecido para a interação em questão. Brown e Levinson (1987) compartilham da idéia de que as estratégias não são polidas por natureza e propõem que elas assumem esse papel ao se associarem a um determinado valor da face.

Os autores afirmam que a polidez se manifesta em contextos sociais específicos e que a compreensão que o falante tem desse contexto é essencial. O falante precisa entender o tipo de relação que se estabelece entre ele e seu ouvinte, entender a contextualização da enunciação, compreender o tipo de ato por ele enunciado, para então selecionar uma estratégia adequada capaz de atenuar os efeitos indesejados causados por esse ato, nesse determinado contexto e em relação a esse determinado ouvinte. Isso mostra que o uso das estratégias de polidez nas situações comunicativas está diretamente ligado aos efeitos perlocucionários que essas estratégias produzem em um contexto particular. Daí a importância do papel da polidez na interação verbal, já que, quanto melhor forem os efeitos perlocucionários produzidos por

uma estratégia, mais o ouvinte estará disposto a cooperar com o falante e, assim, mais chances terá o falante em alcançar o sucesso da interação.

As linhas acima revelam que o estudo da relação entre polidez e linguagem é um campo intrincado. Apesar de ser um campo relativamente novo na lingüística, os autores que se ocupam desse fenômeno têm se empenhado na tentativa de estabelecer uma teoria que seja não apenas explicativa, mas que tenha adequação descritiva, dada a importância da polidez na comunicação, e a decorrente necessidade de entender os princípios que subjazem à relação entre polidez e as estruturas lingüísticas. Nesse sentido, a seguir propomos uma rápida discussão acerca do já foi feito a esse respeito, procurando enfocar, principalmente, o que já foi feito para o português brasileiro.

#### POLIDEZ E DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Vimos anteriormente que a polidez é essencial às relações sociais, dentre essas a comunicação. Essa importância se deve ao fato de a polidez ser responsável pelas relações de cordialidade, necessárias a qualquer tipo de interação entre os indivíduos. No que diz respeito à adequação descritiva, os estudos da polidez na linguagem devem procurar explicar, portanto, como é possível a certas estruturas lingüísticas veicularem esse determinado valor.

Os autores concordam que a polidez é expressa por estruturas lingüísticas que veiculam uma certa força ilocucionária, determinada por convenções pragmáticas reconhecidas por uma sociedade particular. Todavia não é apenas o fato de uma estrutura ter uma certa força ilocucionária que a torna um mecanismo de expressão da polidez em uma língua. Outros fatores atuam na expressão da polidez, o que pretendemos mostrar a seguir.

Em geral, os melhores expedientes para a expressão da polidez são as estruturas lingüísticas capazes de promover um certo distanciamento entre o falante e seu enunciado. Vários são os mecanismos

que possibilitam esse distanciamento; os advérbios e verbos que atualizam a modalização epistêmica são bastante comuns para realizar a expressão de polidez.

Em um estudo sobre a relação entre modalização epistêmica e polidez no inglês, Carretero (1992) mostrou que os modalizadores epistêmicos, ao marcarem um menor grau de certeza, favorecem o descomprometimento do falante em relação a sua proposição. Ao qualificar epistemicamente um enunciado, o falante evita impor sobre o ouvinte um ato que possa causar algum tipo de dano à interação – uma diretiva, crítica, assertiva etc. Esse descomprometimento diminui a força ilocucionária, afastando efeitos perlocucionários indesejados e, por essa razão, os verbos e advérbios epistêmicos comumente integram as estratégias de polidez. Isso é o que mostram os seguintes exemplos do português:

- (1) Você *poderia* me passar o sal?
- (2) *Talvez* se você fosse comigo, seria mais fácil

Outro mecanismo muito recorrente na expressão da polidez é o uso de certos tempos e modos verbais, como Koike (1989, 1992) demonstrou no caso do português. Essa autora afirma que tempos como o futuro do pretérito, imperfeito e futuro do subjuntivo distanciam o ato, o qual, segundo sua natureza, pode acarretar um possível conflito na interação, no momento da enunciação. Por conseguinte, quanto maior for esse distanciamento, mais polido será o enunciado. Os exemplos abaixo ilustram esse caso:

- (3) Se você *puder* você me dá uma carona?
- (4) Eu não *gostaria* de sair hoje.

Note que nos atos acima, uma diretiva e uma recusa respectivamente, as formas verbais usadas, ao distanciarem o evento do momento da enunciação, servem para diminuir a força ilocucionária dos atos, procurando afastar a possibilidade de uma interpretação indesejada por parte do ouvinte. O uso de tempos e modos verbais na expressão de polidez também foi estudado por Chodorowska-Pilch (2000), que afirmou

que o imperfeito pode ser considerado um mecanismo já gramaticalizado para expressar polidez no espanhol e no polonês.

Koike (1989) mostrou ainda que a descentralização do “eu” enunciativo também pode auxiliar na expressão de polidez. Essa autora afirma que essa descentralização do falante e a conseqüente focalização no ouvinte tornam o enunciado menos imperativo, o que lhe confere uma maior nuance de polidez. Assim, a autora postula um princípio segundo o qual “para um maior grau de polidez, minimize o papel egocêntrico do falante na enunciação”.<sup>13</sup> É o que se observa nos exemplos a seguir:

(5) *Eu* gostaria que você fosse ao cinema comigo hoje.

(6) *Você* gostaria de ir ao cinema comigo hoje?

em que é mais polido enunciar a proposição (6) que a (5), justamente porque em (6) o enunciado é construído na perspectiva do ouvinte.

A polidez pode ser expressa também por meio das orações condicionais, que, segundo Ford (1997), possibilitam ao falante dizer aquilo que deseja dizer e, ao mesmo tempo, permanecer descompromissado com aquilo que está dizendo. Ford (1997) e Oliveira (2004) mostraram, para o inglês e português, respectivamente, que as condicionais são freqüentemente usadas em situações em que o falante realiza diretivas, assertivas, recusas, ofertas, sugestões. Essas autoras verificaram que o grau de hipoteticidade associado às orações condicionais é que possibilita o uso desse tipo de construção como uma estratégia de polidez, como mostram os casos do português:

(7) *Se não for incomodar* você entrega esse livro na biblioteca para mim.

(8) *Se eu pudesse* eu iria com você.

Os trabalhos acima mencionados revelam que vários são os modos de expressar polidez por meio de estruturas lingüísticas e que a descrição dessas estruturas auxiliam não apenas a entender a polidez enquanto um fenômeno essencial à interação verbal, mas também na compreensão

das estratégias comunicativas de que os falantes dispõem quando em contextos reais de interação.

Portanto, acreditamos que, no que diz respeito ao estudo da polidez na lingüística, uma abordagem descritivista deve considerar justamente o fato de as estruturas lingüísticas que expressam polidez constituírem um tipo de estratégia comunicativa, usada pelos falantes para conseguirem a colaboração do ouvinte e, assim, assegurarem o sucesso da interação verbal. Daí a relação entre polidez e linguagem.

#### PALAVRAS FINAIS

Atualmente, a polidez tem sido estudada sob vários aspectos. Além dos reconhecidos trabalhos realizados no âmbito da sociologia, antropologia e psicologia, a lingüística tem se voltado a esse fenômeno, considerando-se que a polidez desempenha um importante papel na comunicação.

Neste trabalho procuramos refletir acerca da concepção lingüística de polidez, passando pelas três abordagens que se ocupam desse objeto no campo dos estudos da linguagem. Nesse sentido, mostramos quais os principais aspectos das teorias que procuram entender a relação entre polidez e linguagem, discutindo sobre a falta de uma definição da polidez na lingüística. Procuramos contrapor os principais pontos das três principais perspectivas que tratam da polidez na lingüística, mostrando como o entendimento de suas semelhanças pode colaborar para com o avanço do estudo da relação entre polidez e linguagem.

Além disso, mostramos também como a polidez pode ser estudada em uma abordagem descritivista de uma língua. Nesse ponto, acreditamos que ainda há muito a ser feito. Estudos posteriores poderiam considerar não apenas estruturas isoladas, mas o discurso como um todo, visto que a expressão da polidez longe de constituir um fenômeno isolado, permeia toda a interação verbal. Os indivíduos estão o tempo todo atentos às necessidades de atenderem aos valores da polidez, buscando colaborar

mutuamente para a manutenção das relações de cordialidade durante o decorrer de toda interação verbal. Especialmente para o português, em que os tratados sobre polidez praticamente inexistem, o estudo do discurso como um todo poderia revelar o uso de estratégias específicas da língua na expressão desse valor, como parece ser o caso do uso da forma já gramaticalizada *a gente*, que sugere uma diminuição na distância social existente entre os interlocutores.

Para finalizar este artigo, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que a relação entre polidez e linguagem é recíproca: da mesma forma que a polidez é essencial para a comunicação, a linguagem é essencial para a expressão da polidez, desempenhando, assim, um importante papel na manutenção das relações sociais. Embora a linguagem não seja a única forma de expressão da polidez, é, sem dúvida, a principal delas.

#### POLITENESS AND LANGUAGE: PERSPECTIVES

##### ABSTRACT

Taking into account the role of politeness in social interaction, among them in communication, this work intends to discuss the relationship between politeness and language. In this sense, we will focus on the main theories that try to account for the issues related to politeness and language.

KEY WORDS: Politeness, language, verbal interaction, social relations.

##### NOTAS

1. Os trechos citados extraídos de obras estrangeiras serão traduzidos de forma livre no texto e apresentados em sua forma original nas notas: "... any theory which provides an understanding of this phenomenon at the same time goes to the foundations of social human life" (1987, p. xiii).
2. Publicado originalmente em 1967.
3. No mesmo sentido proposto por Grice (1982).

4. "Politeness usually supercedes: it is considered more important to avoid offense than to achieve clarity. This makes sense, since in most informal conversations, actual communication of ideas is secondary to reaffirming and strengthening of relationships" (p. 297-298).
5. O princípio do cooperativismo "has the function of regulating what we say so that it contributes to some assumed illocutionary or discursive goal(s). It could be argued that the PP [politeness principle] has a higher regulative role than this: to maintain the social equilibrium and the friendly relations which enable us to assume that our interlocutors are being cooperative."
6. O princípio da polidez "...may help to understand reasons S had for choosing the particular content and forma of what he said."
7. Por exemplo, o modo como as pessoas devem agir numa interação realizada em uma igreja, isto é, o tom de voz, escolha lexical etc.
8. Por desvio o autor quer dizer as implicaturas conversacionais de Grice.
9. "a) negative face: the basic claim to territories, personal preserves, rights to non-distraction, i.e. freedom of action and freedom from imposition; (b) positive face: the positive face consistent self-image or 'personality' (crucially including the desire that this self-image be appreciated and approved of) claimed by interactants" (BROWN e LEVINSON, 1987).
10. Nas culturas de língua inglesa, a expressão popular "to loose face" significa estar constrangido.
11. Essa visão é atestada pelos manuais de etiqueta, primeiros tratados sobre polidez e linguagem, os quais não foram considerados neste trabalho por apresentarem uma visão leiga acerca do assunto.
12. "For greater degrees of politeness, minimize the speaker's egocentric role in the utterance" (p. 192).

#### REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARRETERO, M. The role of epistemic modality in English politeness strategies. *Miscelanea: a Journal of English and American Studies*, v. 13, 1992.

- CHODOROWSKA-PILCH, M. Gramaticalization of politeness through the imperfective past in Spanish and Polish. *Poznan Studies in Contemporary Linguistics*, Poznan, n. 36, p. 55-70, 2000.
- DURKHEIM, E. *The elementary forms of religious life*. New York/London: The Free Press, 1915.
- FORD, C. E., Speaking conditionally: some contexts for if-clauses in conversation. In: ATHANASIADOU, A. et al. *On conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997. p. 387-413.
- FRASER, B. Perspectives on politeness. *Journal of Pragmatics*, n. 14, p. 219-236, 1990.
- FRASER, B.; NOLEN, W. The association of deference with the linguistic form. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 27, p. 93-109, 1981.
- GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face-to-face interaction*. New York: Doubleday, 1967.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas: s.n., 1982. p. 81-103. 4 v.
- GUMPERZ, J.J. Preface. In: BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. xii.
- KASPER, G. Linguistic politeness: current research issues. *Journal of Pragmatics*, n. 14, p. 193-218, 1990.
- KOIKE, D. A. Requests and the role of deixis in politeness. *Journal of Pragmatics*, n. 13, p. 187-202, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Language and social relationship in Brazilian Portuguese: the pragmatics of politeness*. Austin: The University of Texas Press, 1992.
- LAKOFF, R. The logic of politeness: or, minding your p's and q's. *Papers from the ninth regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago, 1973. p. 292-305.
- LEECH, G. *Principles of pragmatics*. London: Longman, 1983.
- NWOYE, O. G. Linguistics politeness and socio-cultural variations of the notion of face. *Journal of Pragmatics*, n. 18, p. 309-328, mar. 1992.
- OLIVEIRA, T. P. *A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil*. 2004. 135p. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2004.